

# Acordo passa na comissão e plenário pára

Requerimento do líder do Governo no Senado, Marco Maciel (PFL/PE), para que se votasse imediatamente o acordo sobre o pagamento dos juros da dívida externa foi aprovado no início da tarde de ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, com dois votos contra, mas não passou pelo plenário da Casa. Em sessão à noite, o requerimento, que dispensaria a exigência de tramitação em duas sessões antes da colocação da matéria em votação, obteve 32 votos a favor, dois contrários e duas abstenções no Senado, mas caiu por falta de quorum. Eram necessários 42 votos e o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu verificação de quorum, negado pelo PMDB. O presidente Collor pretendia comunicar a aprovação ao governo americano na sua viagem aos Estados Unidos.

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado aprovou por dez votos a favor, dois contra e três abstenções o parecer do senador Ronan Tito (PMDB-MG) sobre o acordo firmado entre o Governo e os bancos credores privados para o pagamento dos juros atrasados da dívida externa. No final da reunião, o presidente da

JEFFERSON PINHEIRO



**Maciel e Lira: vitória na comissão não chega ao plenário**

Comissão, senador Raimundo Lira (PRN-PB), telefonou para o ministro da Economia, Márcio Marques Moreira, que está em Washington, para comunicar o resultado da votação.

Ronan Tito, que foi o relator do acordo, aceitou acrescentar ao seu texto uma emenda do senador Maurício Corrêa (PDT-DF), dando poderes ao Senado para indicar dois senadores — um da oposição e um da situação — para participar das negociações entre o Governo e os bancos privados relativas ao estoque da dívida, de 52 bilhões de dólares. O relator aceitou também uma emenda do senador Espiridião Amin (PDS-SC), ressaltando que o Senado aprovou o acordo porque não havia outra saída. Esse acordo é a única janela aberta, argumentou Espiridião Amin, re-

ferindo-se às negociações da dívida externa.

O senador Eduardo Matarazzo Suplicy (PT-SP), um dos que votaram contra o parecer, denunciou que o Governo pretende emitir cruzeiros para adquirir dólares e pagar os juros atrasados. Com base em dados oficiais fornecidos pelo Banco Central, Suplicy disse que o País não tem capacidade de pagamento para honrar o acordo firmado com os credores privados, que envolve o desembolso de cerca de 8 bilhões de dólares. Ele não deu maiores detalhes sobre essa questão, alegando que os dados eram confidenciais.

Dos 16 senadores presentes, dez votaram a favor, dois contra — Eduardo Suplicy e Ruy Bacelar (PMDB-BA) —, e três se abstiveram: senadores Maurício Corrêa, Coutinho Jorge (PMDB-PA).